

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.023.2015-50

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Neudo Lopes da Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.255/2017

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL. REGULARIDADE COM RESSALVAS. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

1. Constatadas falhas formais que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial (incompletude do Relatório Circunstanciado e do Parecer emitido pelo Controle Interno), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS**, a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de seu então Presidente, **SR. NEUDO LOPES DA SILVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, valendo como ressalvas a incompletude do Relatório Circunstanciado e do Parecer emitido pelo Controle Interno, exigidos nos itens III e XVI do Anexo V do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013 e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 20 de abril de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.023.2015-50

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Neudo Lopes da Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de seu então Presidente, o Vereador NEUDO LOPES DA SILVA¹.
2. Em 30 de março de 2015, por meio do Ofício CMAB/Nº 042/2015, as contas foram enviadas a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, § 2º, I, b, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013².
3. Após o registro, autuação e distribuição, os autos foram remetidos à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, que se manifestou por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO (fls. 05/32), considerando irregulares as contas apresentadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL.
4. Em obediência ao previsto no artigo 57, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi determinada a citação do Gestor, bem como do responsável pela área de contabilidade, Sr. Oseias D'Ávila de Paula³, tendo sido apresentada defesa às fls. 50/138, e sobre a qual a DAFO se manifestou em Relatório Conclusivo constante às fls. 141/146, pela regularidade, com ressalvas, das contas apresentadas, valendo como ressalvas a incompletude do Relatório Circunstanciado e do Parecer elaborado pelo Controle Interno da Unidade.

¹ Presidente durante o período de 1º-01-2013 a 31-12-2014;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas dos documentos especificados nos Anexos I a VIII desta Resolução, respeitando os seguintes prazos:

I – até 31 de março do ano subsequente ao exercício findo:

b) Presidentes das Câmaras Municipais;

³ Realizadas no dia 27 de julho de 2016, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 438 (fls. 36/41);
Processo TCE n.º 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de sua i. Procuradora, a Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, se pronunciou às fls. 152/153, pela aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, relativa ao exercício de 2014, considerando-a regular, com ressalvas, com fundamento no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 20 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.023.2015-50

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Neudo Lopes da Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Da análise da documentação encaminhada pela CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL, constata-se que:

a) a **prestação de contas** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000 e Lei n. 4.320/1964, tendo sido encaminhada tempestivamente (artigo 2º, da Resolução-TCE n. 87/2013), e observados os itens previstos no Anexo V do Manual de Referência da mencionada Resolução;

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, Sr. Oseias D'Avila de Paula, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

a) houve o encaminhamento do **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**, em atendimento parcial ao previsto item III do Anexo V do Manual de Referência da Resolução n. 87/2013⁵. Ressalte-se que a referida falha, embora ainda não tenha sido editada por

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

⁵ Relatório circunstanciado sobre o gerenciamento e a execução dos planos, programas, gastos e investimentos do período, dentro das respectivas áreas de competência, estabelecendo comparação das metas previstas com as realizadas, avaliação dos resultados obtidos, indicando as unidades responsáveis pela execução;

Processo TCE n.º 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, pode ser considerada ressalva, nos termos do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁶;

c) prosseguindo, pelo **orçamento geral** do Município, foi estimado para o Poder Legislativo a receita de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), consoante a Lei Municipal n. 427, de 19 de dezembro de 2013⁷;

d) no curso do exercício, o **orçamento inicial** previsto foi alterado em função da abertura de créditos adicionais suplementares, bem como de anulações⁸, perfazendo no final a quantia de R\$ 556.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil reais);

e) quanto à **execução**, cumpre destacar que os maiores gastos se deram em “vencimento e vantagens fixas” (60,72%) e obrigações patronais (15,87%).

f) prosseguindo, pelo **balanço orçamentário** (fls. 25/26) verifica-se que do cotejo entre a receita realizada e a despesa executada, os seus valores foram coincidentes, no importe de R\$ 556.000,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil reais);

g) no tocante ao **balanço financeiro** (fl. 27), verificou-se que os valores referentes às receitas e despesas estão em consonância com os valores lançados nos demonstrativos, bem como com o extrato bancário apresentado, que demonstra não haver saldo financeiro no exercício;

h) o **resultado patrimonial** (fls. 28/29) do exercício demonstra um *deficit* de R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais), sendo imperioso ressaltar que o patrimônio líquido totalizou R\$ 65.788,19 (sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos), embora o resultado de 2012 (R\$ 65.743,66) não tenha sido confirmado (autos n. 17.293.2013-10, que se referem à Prestação de Contas da mencionada Câmara, relativa ao exercício de 2012, julgada em 17-02-2017, cujo Acórdão está pendente de publicação);

⁶ Art. 51 - As contas serão julgadas:

II - regulares com ressalva, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;

⁷ Publicada no Diário Oficial do Estado n. 11.206, de 23-12-2013;

⁸ R\$ 11.000,00 e R\$ 72.467,61, respectivamente;

Processo TCE n.º 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

i) no tocante à **dívida pública**, cabe aduzir que o Poder Legislativo não possui dívida de curto ou de longo prazo;

j) o **gasto com a remuneração dos vereadores** representou 1,72% (um vírgula setenta e dois por cento)⁹ da receita do Município, atendendo, assim, a regra contida no artigo 29, inciso VII, da CF/88;

k) o **limite total da despesa com o Poder Legislativo**, incluindo o subsídio dos Vereadores, ficou no patamar de 7% (sete por cento) da receita do Município realizada no exercício anterior, o que demonstra o respeito ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição da República¹⁰;

l) a despesa total com a **folha de pagamento do Poder Legislativo**, no exercício em análise, correspondeu a 60,72% (sessenta vírgula setenta e dois por cento) dos repasses efetuados, evidenciando que foi atendida a exigência do artigo 29-A, §1º, da CF/88, que limita em até 70% (setenta por cento) as despesas sob a mencionada rubrica¹¹;

m) quanto à **despesa com pessoal** da CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL alcançou o percentual de 3,12% (três vírgula doze por cento) da receita corrente líquida do Município, atendendo, dessa forma, ao contido no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

n) no tocante aos **subsídios dos agentes políticos**, verifica-se nos autos n. 18.711.2014-10, que se referiam à Prestação de Contas da Unidade, relativa a 2013, que por força da Resolução n. 002, de 28-09-2012, o subsídio do Presidente da Câmara Municipal era de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); do Vice-Presidente e 1º Secretário era de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); do 2º

⁹ A despesa atingiu o montante de R\$ 176.970,90 (cento e setenta e seis mil novecentos e setenta reais e noventa centavos) e correspondeu a 1,72% da Receita do Município (R\$ 15.253.973,10), descontados os valores relativos ao FUNDEB (R\$ 4.620.257,13) e receitas de convênios (R\$ 359.287,84) e que totalizou R\$ 10.274.428,13 (dez milhões duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais e treze centavos);

¹⁰ “Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente **realizado no exercício anterior**: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)” - Destaquei

¹¹ Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
Processo TCE n.º 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Secretário no montante de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e dos demais Vereadores perfazia o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)¹², mas desde o referido exercício outros foram os valores despendidos, quais sejam, respectivamente, R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), tendo sido possível aferir o cumprimento do disposto no artigo 39, §4º, da Constituição Federal, uma vez que foi apresentado o demonstrativo especificando os valores efetivamente pagos.

o) por fim, quanto ao Parecer elaborado pelo Controle Interno e a respectiva portaria de nomeação, previstos no item XVI, do Anexo V, do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013¹³, verifica-se o desacordo com o estabelecido no artigo 74, da Constituição Federal¹⁴ e o previsto na Resolução-TCE n. 76, de 13-09-2012, que em seu artigo 1º, determina aos Chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como aos Chefes do Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado do Acre, o cumprimento obrigatório a partir de primeiro de abril de 2013, do disposto no mencionado dispositivo constitucional, criando de forma integrada, sistema de controle interno no âmbito dos Poderes e Órgãos, inclusive Fundações, Autarquias, empresas controladas e empresas estatais dependentes.

Embora tenha sido apresentado o Relatório Circunstanciado da Unidade, subscrito pelo Sr. Controlador Interno, este não contemplou as informações previstas no artigo 4º, da Resolução-TCE n. 76/2012, bem como não foi demonstrada a instituição do Controle Interno e a respectiva nomeação¹⁵, tendo as contas sido apresentadas eletronicamente sem a assinatura do apontado Controlador, muito

¹² fls. 77/78 dos autos n. 18.711.2014-10;

¹³ XVI. Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo Controle Interno, com a demonstração da ciência do gestor, e acompanhado da portaria de nomeação do(s) controlador(es);

¹⁴ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

¹⁵ Não foi localizada portaria no Diário Oficial do Estado;

Processo TCE n.º 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

menos houve sua indicação no Rol de Responsáveis da Unidade. Contudo, diante do que mais consta nos autos e se tratando de Unidade com diminuto orçamento, é possível classificar a falha apontada como ressalva.

2. Ante o exposto, considerando o Relatório Técnico de fls. 141/146, bem como a manifestação ministerial, **VOTO** pela:

2.1) EMISSÃO de acórdão julgando **REGULAR, COM RESSALVAS**, a prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de seu então Presidente, **SR. NEUDO LOPES DA SILVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹⁶, valendo como ressalvas a incompletude do Relatório Circunstanciado e do Parecer emitido pelo Controle Interno, exigidos nos itens III e XVI do Anexo V do Manual de Referência da Resolução-TCE n. 87/2013;

2.2) REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

1. É como Voto.

2. Rio Branco, 20 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

¹⁶ Art. 51 - As contas serão julgadas:

II - regulares com ressalva, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;
Processo TCE n. 20.023.2015-50

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.023.2015-50

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Neudo Lopes da Silva

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.279ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Dulcinéia Benício de Araújo, Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 157)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora